

As transições dos séculos são momentos que trazem em seu bojo o estímulo para se pensarem as reformas e os ajustes necessários para a preparação de uma nova era. Nicolau Sevcenko, em seu estudo *A corrida para o século XXI*, empregou a metáfora da montanha-russa para representar com maior precisão a escalada dos séculos dos tempos modernos: ele afirma que o período entre o século XVI e meados do XIX seria o tempo de ascensão contínua do homem na montanha-russa. Trata-se do período marcado pela ascensão da burguesia na Europa ocidental que, ajudada pelo desenvolvimento tecnológico, alcançaria o domínio sobre as forças naturais e sobre fontes de energia cada vez mais poderosas. Enfim, nessa rota de ascensão contínua, o homem atingiria, no cume, a hegemonia européia sobre o mundo através do grande projeto de civilização que prometia um futuro de abundância, racionalidade e harmonia para todos os países.

A passagem do século XIX para o XX, marcando a segunda fase desta aventura na montanha-russa, é o momento em que o homem atinge o cume. Este estágio máximo é marcado pela Revolução Científico-Tecnológica que, por volta de 1870, inicia uma série de transformações profundas no mundo ocidental, como as novas aplicações da eletricidade, a fabricação dos veículos automotores, dos novos meios de transporte como o transatlântico, o avião e novos meios de comunicação, como o telégrafo, o rádio; e o mais importante: o otimismo inabalável no progresso e na civilização. No entanto, por trás deste cenário supostamente seguro, surgirá, no início do novo século, uma face trágica e até então oculta desta escalada: o homem é jogado na Grande Guerra como um “mergulho no vácuo”. Aqui, ele se precipitará numa queda vertiginosa que provocará a perda das referências do espaço e do controle das faculdades conscientes.

Neste momento, os países periféricos marcados pelo analfabetismo e pela noção de atraso, experimentam a sua “vertigem” a partir do momento em que são levados compulsoriamente a se entregar a um violento processo de modernização que os colocará no páreo do progresso das grandes nações. Na esteira das transformações estruturais desses países, surge “um ilimitado utilitarismo intelectual” que só atribuía valor às formas de criação e produção cultural que se apresentassem como fatores de

mudança social¹. No Brasil, “começávamos a aprender de cor a civilização”, nas palavras de Euclides da Cunha. Este, à semelhança de outros intelectuais brasileiros como Lima Barreto, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, Coelho Neto, Tobias Barreto, Capistrano de Abreu e Graça Aranha - apesar de pertencerem a diferentes gerações e não representarem um grupo ideologicamente homogêneo – assumiram uma postura social e política de agentes dessas transformações e difusores das novas idéias do seu tempo. O engajamento tornava-se a condição ética do homem de letras, a ponto de alguns críticos referirem-se a estes autores como “Mosqueteiros Intelectuais”. A maior parte deles estava empenhada no projeto de construção do Estado-Nação, ou seja, na modernização da estrutura social e política do país que, para grande parte desses intelectuais, deveria atualizar-se de acordo com o exemplo europeu e americano do norte.

O início do século XX, no Brasil - mais precisamente na Belle Époque carioca - assiste a uma fragmentação desta intelectualidade, em que muitos, fascinados pela modernização da capital, na sua “Regeneração”, começaram a viver uma vida confortável, à sombra do poder, distanciando-se da antiga postura crítica. Outros críticos, posteriormente, apontam esta fase como marcada por uma “profunda decadência cultural e intelectual”, um “vazio de idéias” e o “fim de uma tradição”. É nesse momento que despontam dois grandes intelectuais que, resistindo às seduições da europeização do Rio de Janeiro, solitários e alienados compulsoriamente da vida pública, soltavam sua voz sem eco, mostrando o “Brasil esquecido”. São eles: Euclides da Cunha e Lima Barreto. E serão eles os protagonistas do estudo de Nicolau Sevcenko, *Literatura como missão – Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*.

A utopia da “Pátria Humana”, termo usado por Euclides da Cunha para simbolizar o seu grande anseio, movia também Lima Barreto. Para o primeiro, a “Pátria Humana” seria o resultado possível e desejado do progresso material do século XIX que atingiria o seu auge no século XX. Para Lima Barreto, o verdadeiro progresso deveria ser compatível com as tradições, com as origens do povo, e jamais concebido como um processo de anulação das forças desse povo. Ambos sabiam que alguma coisa deveria ser feita pelos escritores a serviço do povo brasileiro para retirá-lo da situação de miséria e ignorância em que vivia. Desprezada pelos governos, a população brasileira era vítima da sua própria (des)organização social e política. A paixão marcava o

¹ SEVCENKO, 2003: 81

engajamento dos dois escritores que, imbuídos de uma grande missão humanitária, dirigiram toda a sua obra para a formação de um modelo de Estado-Nação. A monumental obra *Os sertões* expôs a cruel contradição brasileira através da ferida aberta pelo Exército no corpo da Nação. Lima Barreto, através de suas personagens visionárias como Policarpo Quaresma e Gonzaga de Sá, denunciava, entre outras questões, os perigos do nosso processo modernizador único, unilateral e cosmopolita que apagava a originalidade, anulava o homem e distanciava cada vez mais ricos de pobres. Questões que se tornaram hoje emergenciais.

A literatura, naquele momento, já sofria o início de um abalo que a própria modernização trazia: a transformação súbita da vida urbana, o cinema e a fotografia começaram a modificar as formas literárias tradicionais. O grande passado da unidade romântica ruía, e agora a arte da escrita deveria se adaptar ao mundo e não mais o mundo a ela como no século XIX romântico.

A vida cultural brasileira, no início do século XX, é marcada pelo Modernismo paulista que surge como um projeto de revolução estética e ideológica orientado para o “abrasileiramento do Brasil”, em contraposição ao cosmopolitismo dominante. Mas os embates entre estética e ética levaram os intelectuais modernistas, Mário de Andrade e Oswald de Andrade, a fazerem um importante “balanço” do movimento na década de 40 em que debatiam o papel do intelectual da sua época. Mário de Andrade confessava – na conferência “O movimento modernista” no Itamarati, em 1942 – que a sua geração falhou: “Si tudo mudávamos em nós, uma coisa nos esquecemos de mudar: a atitude interessada diante da vida contemporânea. (...) uma coisa não ajudamos verdadeiramente, duma coisa não participamos: o amilhoramento político-social do homem. E esta é a essência mesma da nossa idade”². E cobra essa missão da arte:

Sei que é impossível ao homem, nem ele deve abandonar os valores eternos, amor, amizade, Deus, a natureza. Quero exatamente dizer que numa idade humana como a que vivemos, cuidar desses valores apenas e se refugiar neles em livros de ficção e mesmo de técnica, é um abstencionismo desonesto e desonroso como qualquer outro (...) De resto, a forma política da sociedade é um valor eterno também.³

A primeira literatura modernista, sendo uma literatura de resistência aos valores artísticos vigentes, era implicitamente resistente aos valores ideológicos que determinavam esta arte. Mas este fenômeno de resistência se fazia como um processo

² ANDRADE, s.d.: 252.

³ ANDRADE, s.d.: 252, 255

inerente à escrita e não como tema dessa escrita. É compreensível que Mário, analisando o primeiro modernismo, em 1942, percebesse que, depois da literatura de 30, a sua geração tornava-se anacrônica política e socialmente. Os valores que nortearam a arte desta primeira geração estavam sem dúvida mais ligados ao fenômeno estético do que ao fenômeno ético da resistência.

O Brasil, a partir deste momento, assiste a uma verdadeira “dialética do engajamento” na literatura - para usar os termos de Renato Franco em seu estudo *Itinerário político do romance pós-64: A festa*. Entre distanciamentos e aproximações das questões sócio-políticas, no decorrer do século XX, a literatura brasileira mostrou sua capacidade de mediação entre cultura e poder em momentos importantes da nossa história. Muitos intelectuais acabam por se aproximar do poder através de “um namoro com a idéia de participação social e política [o que] levou os artistas brasileiros a uma aproximação gradativa do Estado”. A idéia do engajamento acabou gerando “um vínculo empregatício entre o jovem intelectual e o Estado modernizador”⁴.

Na “montanha-russa” de Sevcenko, a transição do século XX para o XXI levou o homem ao *loop*, ou seja à “síncope final e definitiva, o clímax da aceleração precipitada, sob cuja intensidade extrema relaxamos nosso impulso de reagir, entregando os pontos, entorpecidos”⁵. O *loop* é a imagem da vida contemporânea determinada pela Revolução da Microeletrônica e pela aceleração das inovações numa escala multiplicativa, “uma autêntica reação em cadeia”, tornando o mundo cada vez mais “imprevisível, irresistível e incompreensível”. E o grande perigo apontado pelo autor é que este efeito perverso provoca uma anuência passiva, cega e irrefletida. E se nos deixamos levar pelo ritmo das mudanças, nunca teremos tempo para parar e refletir. A única porta de saída, ou a solução para este entorpecimento, seria a crítica. Ela seria a contrapartida cultural diante da técnica, ou um “modo da sociedade dialogar com as inovações, ponderando sobre seu impacto, avaliando seus efeitos e perscrutando seus desdobramentos”, e conclui que “uma comunidade que perca sua capacidade crítica perde junto sua identidade, vê dissolver-se sua substância espiritual e extraviar-se seu destino”⁶. É o que podemos perceber no mundo atual: a lógica da globalização e as vertiginosas mudanças tecnológicas arrastam as sociedades mais pobres numa tormenta, desestabilizando suas estruturas e instituições, destruindo seus recursos naturais e

⁴ SANTIAGO, 2002: 193.

⁵ SEVCENKO, 2001: 17

⁶ Idem.

aumentando dramaticamente suas antigas desigualdades sociais.

O “ilimitado utilitarismo intelectual”, exercido por meio da literatura, no início do século XX, que convergia para a utopia da construção do modelo de Estado-Nação, hoje, um século depois, parece existir sob outras formas. Um fenômeno importante a ser considerado, no século XXI, é o fato de que:

O discurso literário não pode mais sustentar ou acionar o elo entre a cultura e o estado-nação, não pode mais ocupar a posição de significante vazio que poderia suturar uma articulação hegemônica no nível do estado-nação. Ainda em outras palavras, o discurso literário não é mais o lugar privilegiado da expressão social, entendido como aquilo que regula através do próprio regulamento, i.e., o próprio princípio do estado. Se o valor social enquanto significante-mestre para todos os significados, se articulou na modernidade com o estado-nação através da mediação literária, tal mediação não é mais válida, não porque a literatura não possa mais fazê-la, mas sim porque o estado-nação não é mais o referente primário do valor social.⁷

No entanto, a literatura hoje, estando impossibilitada de realizar a tradicional mediação entre estado e valor social, ainda não perdeu, como poderíamos supor, sua importante função no contexto social e político. Como mostra Wander M. Miranda, configuram-se outras possibilidades:

Nesse contexto, a literatura contemporânea pode desempenhar uma função decisiva, quer por ver-se livre do papel anterior de mediadora junto ao estado nacional-popular, quer por desempenhar como nenhum outro discurso as funções de deslocamento e distanciamento que são, para Ricardo Piglia, a sexta proposta a ser agregada às propostas de Ítalo Calvino para o próximo milênio.⁸

O *deslocamento* tornou-se uma condição fundamental para a compreensão da literatura e da cultura hoje. Trata-se do deslocamento das ideologias estabelecidas – esquerda e direita – para o múltiplo, o multifacetado; deslocamento dos grandes projetos para os projetos particulares, em que o posto de “missionário”, porta-voz de uma coletividade, é substituído pelo cidadão comum, não mais comprometido com propostas transformadoras, mas preocupado com a possibilidade de convivência com o presente.

Como nos é mostrado através da imagem do *loop*, o resgate da capacidade crítica é vital para o homem contemporâneo, o que representaria o resgate da sua própria identidade e do controle sobre o seu destino. No processo de crítica e construção social, a literatura tem sido um instrumento fundamental em todos os tempos, ela tem o

7

MOREIRAS, 2001.

8

MIRANDA, 2002: 31

privilégio de - diferentemente da História que lida exclusivamente com a realidade - lidar com a possibilidade. E neste mundo profundamente conturbado em que vivemos, acreditamos ser de grande importância – e ao mesmo tempo um grande desafio – perguntar à literatura qual é o seu papel.

Este estudo busca compreender o nosso momento atual através do processo de modernização a que fomos submetidos. Para tanto buscamos nas origens deste processo, algumas determinantes que explicam muito do Brasil de hoje revelando uma trajetória que completa um século de vida, entre duas transições de séculos. Percebemos que a conjuntura brasileira de hoje é filha direta de um determinado modelo de modernização. Várias questões vêm à tona na construção deste conhecimento e uma em particular é determinante: a exclusão social, um efeito do processo de modernização que acaba por provocar grande parte do imenso desequilíbrio que vivemos hoje. Desenvolvemos esta percepção através de uma visão cultural, mais especificamente a literatura e a transformação do seu papel durante este período por meio de deslocamentos que configuram hoje uma nova arte. Modernização e exclusão são apresentadas como um processo constante de causa e efeito, a exclusão do próprio brasileiro por ideologias discriminatórias. República, democracia e globalização apresentam-se como as grandes promessas não cumpridas e se desmascaram mostrando o mesmo rosto.

Atamos as duas pontas deste processo escolhendo autores das transições dos séculos – também excluídos - que tematizam e tematizaram esta questão: partindo de Lima Barreto chegamos hoje aos movimentos culturais da periferia, à “literatura marginal”, às narrativas prisionais, e a um novo modelo de intelectual que se impõe, mostrando como a arte e a cultura têm respondido a este contexto histórico e têm criado um verdadeiro projeto de resistência. A partir de uma compreensão histórica da intelectualidade brasileira, desenvolvemos esta análise procurando atar as pontas do nosso processo de modernização na busca de uma maior compreensão do nosso momento.

Não temos aqui a pretensão de fazer um estudo histórico-descritivo, mas partindo de uma compreensão histórica da categoria “missão” do intelectual escritor e artista, pretendemos apreender e comparar os contextos histórico-culturais que orientaram e orientam as transições dos séculos – XIX-XX e XX-XXI – no Brasil, para melhor configurar a questão central. Outras questões, por estarem na deriva da proposta central, se impõem como objetivos específicos: “Existe uma missão na literatura contemporânea brasileira?” “Que missão (ou missões) seria(m) esta(s)?”; “Que valores

orientam esta literatura?"; "Qual é o papel do intelectual na nossa literatura contemporânea?"; "Podemos ainda falar em utopia?"

Por termos como objeto de estudo a contemporaneidade, devemos considerar o fato de estarmos lidando com um contexto em formação, e portanto - e sobretudo hoje - com um terreno incerto. Nas palavras de Flávio Carneiro "se conviver com a incerteza pode nos levar ao caos, também pode nos livrar da ilusão de que há verdades absolutas. Nesse caso, a instabilidade deve ser entendida não como adversária, mas como aliada."⁹.

Sem a pretensão de dar uma resposta única e absoluta à questão central, queremos discutir e orientar uma compreensão do valor da literatura contemporânea e suas relações com o nosso momento histórico, e quem sabe, rastrear os "resíduos utópicos" que se encontram espalhados ou escondidos por estes territórios escuros, buscando uma compreensão da situação cultural em processo na qual se desenham conexões a serem aprofundadas entre os vários ramos do saber e as várias atividades humanas.

Interessa-nos aqui pesquisar a reação da arte e dos artistas ante a provocação da realidade que os cerca. Enfim, pesquisar os vários momentos em que a arte e a cultura se vêem às voltas com a desordem, ou a ruptura de uma ordem tradicional, que o homem ocidental acreditava imutável e identificava com a estrutura objetiva do mundo. Enfim, pesquisar a própria vocação da arte e da cultura em aceitar ou rejeitar essa nova noção e dar-lhe forma. Neste processo o papel do intelectual e suas transformações são fundamentais, o que nos leva a pensar sobre a questão da representatividade e a sua legitimidade. Neste sentido, buscamos os testemunhos de artistas e escritores que produziram – e produzem - nas últimas transições de séculos, focos de resistências, seus esforços de inclusão de comunidades como facilitadores de caminhos, e as novas formas da arte neste sentido.

Para tanto consideramos autores brasileiros, representantes de uma corrente crítica com uma proposta transformadora, vindos das classes socialmente excluídas, que configuram um importante fenômeno na literatura brasileira atual, gerando formas híbridas em que a música e a palavra tornam-se o instrumento de combate político às formas de opressão social e ao discurso instituído. Dentro deste contexto, outras testemunhas ganham voz e conquistam o espaço midiático de forma inovadora. Por

⁹ CARNEIRO, 2005

meio da música, das artes plásticas e da dança, a cultura *hip-hop* invade a cena urbana numa posição de combate às formas de opressão e injustiça.

A “literatura marginal” surge como uma nova classificação que dá voz àqueles que agora são as testemunhas-representantes de grupos antes “representados” por “outros”. Problema desafiador para a atual crítica literária, pois leva-nos a uma confrontação com valores construídos através dos tempos e que conformam a “alta cultura”, o cânone, fazendo-nos reconsiderar o campo da literatura a partir de outras vozes, antes “exteriores à literatura”.

Esta literatura testemunhal inclui as narrativas de presidiários que reconstruíram suas vidas através da escrita, como porta-vozes de toda uma coletividade e alcançaram um novo estatuto como sujeitos de um passado, de uma comunidade e enfim como cidadãos e sujeitos políticos. Toda essa matéria testemunhal alcança especial importância tanto pelo viés da mediação literária quanto pela confrontação entre testemunho e as matérias da mídia e do senso comum, em outras palavras: um confronto político entre a experiência real e a “ficção oficial”.

É revelada, desta forma, uma curiosa face do novo intelectual: aquele que se formou na marginalidade, sofreu, desceu aos infernos e como “sobrevivente”, deu a volta por cima e emerge legitimado pelo conhecimento adquirido, através do estudo, ou da própria vivência e experiência da escassez.